

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.312 - RS (2018/0318760-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : EDER WEBER MELOS
ADVOGADOS : WILBOR DUARTE PINHEIRO - RS104080
DOUGLAS DA CRUZ MIRANDA E OUTRO(S) - RS112608

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL. JUÍZO DE VALOR ACERCA DA MOTIVAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa proferido no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n.º 70077832111 (n.º CNJ: 0148423-62.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau pronunciou o Recorrido como incurso nos arts. 121, § 2.º, incisos II e III, 129, *caput*, e 147, todos do Código Penal; bem como nos arts. 12 e 16 da Lei n.º 10.826/2003 (fls. 289-293).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual a Corte de origem deu parcial provimento para afastar a qualificadora do motivo fútil e concedeu *habeas corpus*, de ofício, determinando a imediata soltura do Acusado, nos termos da seguinte ementa (fls. 349-350):

"RSE. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO SUMARIA. IMPOSSIBILIDADE. Se mesmo a impronúncia é decisão excepcional, um rigor muito maior é exigido para a absolvição sumária, que não requer apenas a insuficiência de indícios, mas que absolutamente todo e qualquer elemento contido nos autos aponte para uma das hipóteses do art. 415 do CPP. Caso concreto em que não há prova estreme de dúvida acerca da legítima defesa invocada. QUALIFICADORAS. MEIO CRUEL. MANUTENÇÃO. As circunstâncias qualificadoras, que envolvem matéria de fato e de direito, só podem ser afastadas quando manifestamente improcedentes, ou seja, quando nenhuma versão nos autos sustentá-las (matéria de fato) ou

Superior Tribunal de Justiça

quando as circunstâncias fáticas correspondentes, tal como descritas na incoativa, não as caracterizarem (matéria de direito). Caso concreto em que o meio cruel é jurídica e faticamente viável, devendo ser submetido ao crivo dos Juízes naturais da causa. MOTIVO FÚTIL. AFASTAMENTO. Se, por um lado, um desentendimento pode decorrer de algo banal, por outro, pode também advir de algo apto a causar revolta no homem médio, ou também de algo abjeto (tráfico de drogas, por exemplo), ou mesmo de alguma provocação injusta da parte contrária. Portanto, assim como pode configurar a qualificadora da futilidade, também pode caracterizar um motivo meramente injusto (não qualificado), um motivo torpe ou mesmo um privilégio; tudo vai depender, inevitavelmente, do seu teor. Daí a importância de a denúncia descrever o teor do desentendimento que dá causa ao homicídio: se este não é conhecido, não se pode dizer que o crime seja não qualificado, torpe, fútil ou mesmo privilegiado. E só o que é narrado contra o réu possibilita sua plena defesa. Caso em que a denúncia limita a narrativa do motivo fútil à existência de prévio desentendimento, sem esclarecer o teor desse, o que configura manifesta improcedência. Precedentes. CRIMES CONEXOS. LESÃO CORPORAL, AMEAÇAS E POSSE IRREGULAR DE MUNIÇÃO E ACESSÓRIO. PRONÚNCIA MANTIDA. Os crimes conexos devem ser submetidos à apreciação dos Jurados por expressa disposição legal - art. 78, I, do CPP. Tal como ocorre com as qualificadoras, apenas quando manifesta a improcedência da acusação, relativamente aos mesmos, é possível privar os jurados de sua apreciação. PRISÃO PREVENTIVA. COMPLETA OMISSÃO NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA SOBRE SUA MANUTENÇÃO. JUÍZO A QUO QUE NÃO SE MANIFESTOU NEM APÓS EXPRESSA PROVOCAÇÃO DA DEFESA. INFRINGÊNCIA AO ART. 413, § 32, DO CPP. VÍCIO INSANÁVEL. ILEGALIDADE FLAGRANTE. SOLTURA QUE SE IMPÕE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO, PARA A IMEDIATA SOLTURA DO ACUSADO NA ORIGEM. POR MAIORIA."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 385-388).

Alega a Acusação, nas razões do recurso especial, afronta aos arts. 121, § 2.º, inciso II, do Código Penal; bem como aos arts. 74, § 1.º, 413, *caput* e § 1.º, e 482, parágrafo único, todos do Código de Processo Penal.

Afirma que não foram apresentados fundamentos idôneos para arredar a qualificadora do motivo fútil, porquanto tal exclusão somente é possível na hipótese de manifesta improcedência e, caso contrário, inafastável é a submissão das matérias ao juiz natural, isto é, o Tribunal do Júri.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 422-429. O apelo nobre foi admitido (fls. 437-452).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal apresentou parecer (fls. 464-474), opinando pelo conhecimento e provimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

No que diz respeito à qualificadora do motivo fútil, o acórdão recorrido está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 357-359; sem grifos no original):

"[...] no tocante ao motivo fútil, o afastamento é impositivo.

Veja-se a narrativa da qualificadora mencionada:

[...]

Ocorre que um 'desentendimento anterior', por si só, não caracteriza a banalidade própria do motivo fútil; é o teor de referido desentendimento que vai possibilitar a conclusão de ter sido ele, ou não, altamente desproporcional à conduta delitiva.

De fato, supondo-se a existência de um 'desentendimento' que envolva sentimentos fortes, ou mesmo ofensas altamente desonrosas, caluniosas, infames etc., a situação é perfeitamente apta a ensejar revolta no homem médio, excluindo, conseqüentemente, a futilidade - que exige a ocorrência de algo mínimo, banal, mesquinho, para restar configurada.

Ademais, se por um lado um desentendimento pode decorrer de algo banal, por outro, pode também advir de algo abjeto (como tráfico de drogas, por exemplo) ou, até mesmo, de alguma provocação injusta da parte contrária.

Em outras palavras, assim como pode configurar a qualificadora da futilidade, um desentendimento pode caracterizar um motivo meramente injusto (não qualificado), um motivo torpe ou mesmo um privilégio; tudo vai depender, inevitavelmente, do seu teor.

Aí, então, a importância de a denúncia descrever o teor do desentendimento que dá causa ao homicídio: se este não é conhecido, não se pode dizer que o crime seja torpe, fútil, não qualificado ou privilegiado. E, vale lembrar, só o que é narrado contra o réu possibilita sua plena defesa.

Na verdade, narrativas como a do caso em tela são comuns seja porque muitas vezes não se tem conhecimento do exato motivo do crime, seja porque muito favorável à acusação, já que não delimita a imputação e permite que os jurados acolham a elementar, futuramente, com base em conclusões que transcendam os fatos colhidos no processo.

Porém, seja por pura inépcia ou por estratégia do órgão acusatório, é certo que, no caso em tela, a opção de não narrar adequadamente a qualificadora caracteriza flagrante infringência ao devido processo legal, causando inegável prejuízo ao réu, que tem o direito de saber exatamente pelo que está sendo acusado, a fim de direcionar sua defesa. Portanto, o afastamento é impositivo, por

Superior Tribunal de Justiça

manifesta improcedência."

Como se vê, na hipótese dos autos, ao excluir a qualificadora referente ao motivo fútil, a Corte estadual destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual *"somente devem ser excluídas da decisão de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes ou sem nenhum amparo nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri"* (AgRg no HC 429.228/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe de 12/03/2019, sem grifos no original.)

Com efeito, compete apenas ao Conselho de Sentença realizar juízo de valor acerca da banalidade ou da gravidade da motivação, devendo a pronúncia limitar-se a aferir a existência de elementos mínimos nos autos aptos a sustentar objetivamente a tese acusatória.

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. EMISSÃO DE JUÍZO DE VALOR PELO TRIBUNAL A QUO. COMPETÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO ANTERIOR NÃO AFASTA O MOTIVO FÚTIL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica quanto ao entendimento de que não é possível afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que objetivamente não exista, mas não a que subjetivamente considera não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença - juízo natural da causa - uma circunstância que, em análise objetiva, ao menos em tese e ante as evidências dos autos, tenha ocorrido.

2. Na situação posta sob exame, por simples leitura do excerto do acórdão recorrido, é possível constatar que, para afastar a incidência da qualificadora, a Corte estadual **invadiu a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois emitiu juízo de valor a respeito da ausência de banalidade no motivo do delito.**

3. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem assentado que a existência de discussão anterior ao cometimento do delito, entre vítima e acusado, por si só, não é suficiente para, de imediato, retirar da competência Tribunal Popular a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto.

4. Agravo regimental não provido." (AgInt no REsp 1.737.292/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe de 25/09/2018; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, II e IV, DO CÓDIGO PENAL. MOTIVO FÚTIL E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. DISCUSSÃO ANTERIOR. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na sentença de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, uma vez que cabe ao Conselho de Sentença, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu.

II. A jurisprudência desta Corte já apreciou a questão da incidência das qualificadoras do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, nos casos em que houve discussão anterior, entre autor e vítima, tendo firmado posicionamento no sentido de que tal contexto não é suficiente para afastá-las (REsp 973603/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 10/11/2008; AgRg no AREsp 62470/MA, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (Desembargador Convocado do TJ/RS), SEXTA TURMA, DJe de 22/02/2012).

III. A apreciação da alegação do agravante, no sentido de afastar as qualificadoras do art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, demandaria incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido." (AgRg no AREsp 336.013/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe de 01/10/2013; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a sentença de pronúncia (fls. 289-293).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora